

A FORMA URBANA E A CORRELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO ECLÉTICO EM PELOTAS (RIO GRANDE DO SUL)¹

THE URBAN FORM AND CORRELATION WITH ECLECTIC HERITAGE IN PELOTAS
(RIO GRANDE DO SUL)

JULIANA CAVALHEIRO RODRIGHIERO, ANA LÚCIA COSTA DE OLIVEIRA

RESUMO

Este artigo busca compreender a correlação da formação urbana e o patrimônio arquitetônico Eclético em Pelotas, visto que ambos integram a paisagem urbana e cultural da cidade e apresentam uma relação intrínseca desde o seu desenvolvimento, resultando em políticas de preservação simultânea. A cidade de Pelotas, localizada no estado do Rio Grande do Sul, durante os séculos XIX e XX foi considerada como um dos principais polos econômicos do estado, resultantes da alta produtividade da atividade charqueadora da região. O capital excedente acumulado destas atividades, foi investido em melhorias a fim de consolidar o espaço urbano e na introdução do estilo arquitetônico Eclético – que na contemporaneidade, representa o principal exemplar do patrimônio cultural da cidade. Neste contexto, em razão da conflituosa relação entre a preservação do patrimônio e a evolução da forma urbana nas cidades contemporâneas, se buscou fazer uma análise na trajetória das políticas públicas a fim de identificar quais são os parâmetros e as dificuldades para assegurar a preservação de maneira simultânea destes dois elementos. Os dados apontados no trabalho indicam uma correlação entre a forma urbana e o patrimônio Eclético e um direcionamento existente nas políticas de preservação em prol desta preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Urbana. Patrimônio Arquitetônico Eclético. Políticas de Preservação. Preservação do Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This article seeks to understand the correlation between the urban formation and the Eclectic architectural heritage in Pelotas, since both are part of the urban and cultural landscape of the city and show an intrinsic relationship since its development, resulting in simultaneous preservation policies. The city of Pelotas is located in the state of Rio Grande do Sul and was considered one of the main economic centers of the state during the 19th and 20th centuries, resulting the high productivity of jerked beef manufacturing activities in the region. The accumulated surplus capital of these activities was invested in improvements to consolidate the urban space and the introduction of the Eclectic architectural style – which in contemporary times represents the main example of the city's cultural heritage. In this context, due to the conflicting relationship between heritage preservation and the evolution of the urban form in contemporary cities, we attempted to analyze the trajectory of public preservation policies in order to identify the parameters and constraints to ensure the simultaneous preservation of these two elements. The data pointed out in this work point to a correlation between the urban form and the eclectic heritage and an existing direction in the preservation policies toward this preservation.

KEYWORDS: Urban landscape. Eclectic Architectural Heritage. Preservation Policies. Preservation of Cultural Heritage.

INTRODUÇÃO

LOCALIZADA AO SUL do estado do Rio Grande do Sul, a cidade de Pelotas desenvolveu, entre os séculos XIX e XX, um considerável enriquecimento na sua economia, sendo considerada como um dos principais polos econômicos do estado. A ampliação da atividade charqueadora, desenvolvida às margens do Arroio Pelotas², além de promover o enriquecimento econômico da cidade, reverberou na expansão do uso do espaço urbano, refletindo na estilização das fachadas através do aparecimento do estilo arquitetônico Eclético e contribuiu para a urbanização dos espaços, proporcionando melhorias no território pelotense.

A estrutura urbana da maioria das cidades brasileiras dos séculos XVI ao XVII apresenta um traçado orgânico, categorizado por uma aparência irregular e espontânea como consequência de um crescimento econômico e social. Pelotas, em contrapartida, como uma cidade já do século XIX, foi projetada e desenhada por profissionais, sendo eles na época, em grande maioria, engenheiros miliares, topógrafos e pilotos. Consequentemente, a cidade desenvolveu em seu traçado urbano uma retícula heterogênea, similarmente a outras cidades do Rio Grande do Sul e com características morfológicas do modelo urbanístico Português. Neste contexto de urbanização, a consolidação da forma urbana – estrutura física e organização espacial –, em Pelotas se desenvolveu de forma concomitante a construção do estilo Eclético e, ainda na contemporaneidade, são elementos que integram a paisagem.

Considerando que uma das maiores dificuldades das cidades no século XXI é a manutenção da paisagem pautada pelas novas inserções arquitetônicas e pela expansão da forma, este artigo vislumbra identificar os recursos utilizados por Pelotas, por meio das políticas públicas, para preservar a história do passado e proporcionar ao mesmo tempo um avanço na estrutura urbana da cidade. Tendo isso em vista, este estudo aponta para a análise da forma urbana e do patrimônio arquitetônico Eclético como elementos da paisagem cultural urbana e a investigação sobre quais foram os meios de preservação, sobretudo as políticas públicas que proporcionaram tais abordagens.

A EVOLUÇÃO DA FORMA URBANA EM PELOTAS

Pensar sobre forma e espaço urbano faz menção aos processos de organização social através das características configurativas que proporcionam uma pluralidade de aspectos que contribuem para a compreensão da cidade (DE HOLANDA *et al.*, 2000). Por isso, a qualidade de vida também advém da qualidade da forma urbana e, no geral, o conceito de estrutura urbana faz referência ao conjunto de lotes, ruas, construções e demais elementos que, juntos, configuram e caracterizam uma cidade – ou uma amostra do tecido urbano –, e que não estão arranjados de forma aleatória, mas que foram combinados entre si (JANTZEN; OLIVEIRA, 1996).

Duplay (1985) categoriza a estrutura urbana como a forma em que os elementos do sistema urbano se organizam entre si, onde o sistema arquitetônico representa significados sintáticos que fazem referência aos espaços, ao gosto dos habitantes e a qualidade dos espaços, através dos elementos construtivos que se caracterizam por sua forma. Sendo assim, a morfologia urbana, como uma metodologia aplicada, proporciona a captação e a interpretação destes elementos e essencialmente da cidade como um processo composto por meios urbanos com diferentes articulações. Lamas (1992), ao relacionar a morfologia urbana ao traçado da cidade, traz as seguintes definições:

[...] a morfologia (urbana) é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no tempo [...] traçado é um dos elementos mais claramente identificáveis tanto na forma de uma cidade como no gesto de a projetar. Assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade, e confunde-se com o gesto criador (LAMAS, 1992, p. 98).

A definição da expressão “morfologia urbana” sintetiza vários autores europeus, dentre eles Philippe Panerai, que ao citar Muratori, evidencia que o estudo da relação entre os tipos construídos e a forma urbana, leva a entender a estrutura da cidade como sendo a continuidade histórica de um processo (PANERAI, 1983). Na Europa, esta discussão estava mais adiantada, tendo como referência a Carta de Gubbio de 1960, que trata da salvaguarda e da recuperação dos Centros Históricos, onde reconhecia-se por lei a necessidade de fixar os caracteres e os planos de conservação que deveriam se basear numa valorização profunda de caráter histórico crítico.

Desde 1950 a discussão já vinha das experiências de Saverio Muratori em Veneza, com sua Cátedra de Caracteres Distributivos do edifício. Na época, sustentava que o curso viria a preencher uma lacuna existente não só nos programas de formação universitária, mas na própria cultura crítica e profissional, ao considerar a questão edilícia não mais como fenômeno puramente econômico, mas como história cultural concluída. Sobre a experiência italiana, Philippe Panerai, em seu texto “Tipologias”, analisa o trabalho de Muratori, publicado em 1959, como um paciente trabalho, que vai propor, em novos termos, a relação da arquitetura com a cidade: “[...] sendo está a primeira baliza de uma série de estudos e de investigações que marcam a reflexão arquitetural contemporânea” (MURATORI *apud* PANERAI, 1983, p.126, tradução nossa).

Para Panerai (1983), no trabalho de Muratori aparecem outros aspectos que, ainda que não estejam formulados de forma didática, não deixam de ser indicações suas de grande valor sobre a prática da análise urbana. Em primeiro lugar, está a necessidade de caracterizar a forma urbana como estrutura global e, por sua vez, como conjunto de disposições precisas e locais, remetendo também a ideia de compreender a cidade a partir do estudo do seu crescimento.

Para destacar sobre o desenvolvimento urbano e a morfologia dos assentamentos urbanos da Região Sul do Estado do RS, ressalta-se que surgiram como povoações resultantes do desmembramento das sesmarias originais, tanto por razões civis como religiosas, acrescentado o fator de uma diversidade cultural da população. A apropriação do espaço urbano Pelotense, para Conceição *et al.* (2009), teve relação com a demarcação das fronteiras do Rio Grande do Sul entre os séculos XVII e XVIII, com o descobrimento da América em 1492 pelos Espanhóis e com a chegada dos Portugueses em 1500, onde ambas as nacionalidades tinham a perspectiva de percorrer e utilizar-se deste território. Para organizar a exploração e criar uma limitação entre ambos, foi proposto e assinado o Tratado de Tordesilhas em 1494, com a finalidade de dividir o território descoberto e o que ainda viria a se descobrir, entre Espanha e Portugal.

Segundo Magalhães (1993), até as últimas décadas do século XVII, nenhuma região do extremo Sul Brasileiro despertava o interesse de Portugal para exploração. Todavia, após a divisão proposta pelo Tratado de Tordesilhas e com a decadência econômica na região mineira – que era a principal região de exportação da época – os Portugueses passaram a demonstrar interesse pelo interior a procura de novas riquezas. O interesse pela região Sul se manifestou primordialmente pelo Uruguai, nas margens do Rio da Prata – antiga Colônia do Sacramento, fundada em 1680 pelos Portugueses. Para manter a ocupação na região, os Portugueses se substanciaram por meio do comércio e a matéria prima era proveniente do couro extraído do local. Ainda com o caráter exploratório, os jesuítas Espanhóis, em meados de 1640, se instalaram no território gaúcho e, como consequência, os Portugueses descobriram a região como nova fonte de exploração:

Os jesuítas, por seu lado, retiraram-se para a outra margem do Uruguai, levando os índios mas deixando o gado que criavam nas reduções. Estes rebanhos, abandonados no pampa e reproduzindo-se à solta, tornaram-se bravios e foraram uma imensa reserva de gato, conhecida como 'Vacaria del Mar'. Estava lançado o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a preia do gado xucro (PESAVENTO, 1985, p. 9).

O Tratado de Madrid³ assinado em 1750, pelos Portugueses e Espanhóis, buscou transferir o domínio da Colônia de Sacramento em substituição dos Sete Povos, que passaram para o domínio Português. Posteriormente, em 1777, foi assinado um tratado de paz, denominado de Santo Idelfonso que, além de estabelecer Zonas Neutras entre os territórios, de acordo com Magalhães (1993), buscou devolver o território gaúcho ao domínio Português e incorporar a Colônia de Sacramento ao domínio Espanhol. Como consequência, foram definidos quase todos os limites territoriais do Rio Grande do Sul – equivalente à sua demarcação atual – contribuindo, portanto, para a reintegração de propriedades e a concessão de novas sesmarias que consolidaram a ocupação portuguesa no estado.

O registro mais antigo sobre a ocupação do território Pelotense não possui uma data exata, mas parte de Luiz Gonçalves Vieira, que, como colonizador, se instalou na cidade (MAGALHÃES, 1993). A demarcação atual da cidade provém da sesmaria de Thomáz Luis Osório, outorgada em 1758 por Gomes Freire de Andrade (CRUZ, 1992), que representa o primeiro tratado oficial registrado. A partir de 1763, quando a cidade de Rio Grande foi invadida por castelhanos, os habitantes da Vila Rio Grande – fundada em 1737 por Portugueses que recuaram da ocupação da Colônia do Sacramento –, devido à localidade, passaram a se refugiar e ocupar a cidade de Pelotas (RODRIGHIERO, 2019).

A partir deste período, as atividades charqueadoras em Pelotas se intensificaram, visto que outros charqueadores passaram a se instalar na cidade. A grande maioria destas atividades estavam inseridas no entorno do Canal Santa Bárbara, Arroio Pelotas e Canal São Gonçalo, onde posteriormente se desenvolveu o nome de “Rincão de Pelotas”⁴ (CONCEIÇÃO *et al.*, 2009). Neste período e inseridas próximas a estas regiões, foram erguidas construções com caráter industrial, sendo denominadas de “charqueadas” que, ao mesmo tempo, se adequavam para moradia aos charqueadores, suas famílias e afazeres domésticos. As características arquitetônicas destas edificações são coloniais e a Secretaria da Cultura de Pelotas (SECULT) as categoriza dentro do estilo Luso-Brasileiro.

O estilo luso-brasileiro ou colonial (Figura 1) é marcado pela ausência de ornamentos e decorações, possui marcações verticais, esquadrias com vergas em arco, a presença de telhado aparente, beirais e não possui platibandas (PELOTAS, 2008b). De acordo com Reis Filho (2000), tanto as produções quanto os usos da arquitetura nos núcleos urbanos coloniais eram feitos por meio do trabalho escravo (e isso também pode ser observado na cidade de Pelotas, onde diversas edificações foram erguidas por este meio).

Gutierrez (1999) prepondera que, nas cidades Luso-Americanas, o procedimento usual era a construção das cidades tendo como ponto de partida as capelas, e isso ocorreu em grande maioria das cidades brasileiras. A justificativa pauta da apropriação do espaço urbano, que, historicamente, estava ligada à igreja, que era construída de modo a impor o domínio da mesma diante o

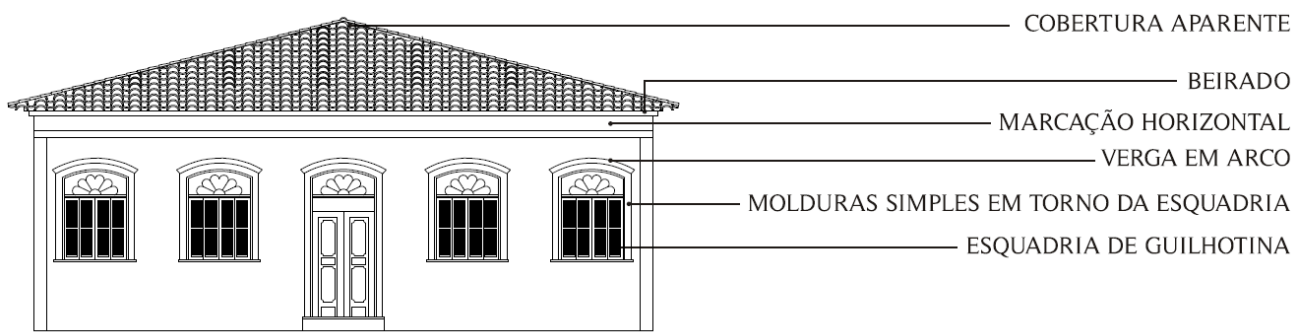


FIGURA 1 – Características da Arquitetura Luso Brasileira pela SECULT.

Fonte: Pelotas (2008b).

povoamento local (PARENTE, 1998). No entanto, Pelotas desenvolveu um fenômeno urbano um tanto peculiar: é uma das poucas cidades antigas brasileiras em que a igreja e a praça principal ficam localizadas a relativa distância (MAGALHÃES, 1993) entre si. Além disso, a cidade também não desenvolveu a casa de Câmara e Cadeia, o que também representava um sinal de autonomia administrativa.

Apesar da construção das charqueadas anteriormente, a apropriação e ocupação da área urbana em Pelotas foi datada em 1812 com a construção da Capela da Freguesia⁵ – construída no terreno do Capitão-Mor Antônio Francisco dos Anjos, onde, até esta data, era dependente religiosamente da Matriz de São Pedro (RODRIGHIERO, 2019). A construção da igreja impulsionou a ocupação urbana, pois um dos principais problemas que acercavam as charqueadas era o mau cheiro causado pelas atividades.

A forma dos lotes urbanos, que é uma persistência, representa um condicionante ou uma obediência morfológica legível no estudo das tipologias arquitetônicas e na intenção das Cartas Régias (de 1947), a de ressaltar a imagem de cidade pretendida pela Coroa Portuguesa nas cidades brasileiras.

[...] a obrigação de que as ditas casas sejam sempre fabricadas na mesma figura uniforme, pela parte exterior, ainda que na outra parte interior as faça cada um conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve a mesma formosura nas vilas, e nas ruas delas a mesma largura, que se lhes assinar nas fundações⁶.

Quanto ao traçado das cidades do Rio Grande do Sul, segundo Yunes (1995), durante o século XIX, a maioria das povoações do Rio Grande do Sul foi estabelecida sobre retículas de tipos variados, sendo predominante o número de outros traçados reticulados em relação aos quadriculares: quanto ao ângulo das vias (ortogonal ou irregular); quanto aos quarteirões resultantes (quadriculado ou retangular); quanto ao conjunto de quarteirões (homogêneo ou heterogêneo).

No caso de Pelotas, a planta do primeiro loteamento (1815) (*Figura 2*) é irregular e heterogênea, conforme a classificação de Yunes (1995). Embora esse primeiro loteamento da cidade tenha sido projetado por um piloto de sesmarias, que tenta adaptar as pré-existências ao um traçado “regular”, o que Yunes (1995) não destaca é a persistência do formato do quarteirão alongado, com um parcelamento de lotes estreitos e compridos e implantação de construções no alinhamento. Nessa análise, Oliveira (2012) destaca um certo hibridismo entre as práticas urbanísticas portuguesas e a regularização do traçado do período pós-pombalino. Nesse raciocínio percebe-se que as tipologias arquitetônicas de porta e janela, corredor lateral e corredor central, das cidades do litoral do sul do Rio Grande do Sul seguem uma característica muito forte que lhes dá identidade, seja no norte ou no sul do Brasil (OLIVEIRA, 2012).

As plantas urbanas de Pelotas foram desenhadas por profissionais⁷ e, na maioria das vezes, esse tipo de traçado urbano é resultante da confluência das ações dos militares que vieram defender as fronteiras do Sul do país e que

também desenhavam as plantas urbanas, juntamente com os responsáveis pelas práticas urbanísticas exercidas nos povoados por agentes, que eram tecnicamente habilitados para desempenhar tais funções, chamados de cordeadores ou medidores do reino (OLIVEIRA, 2012).

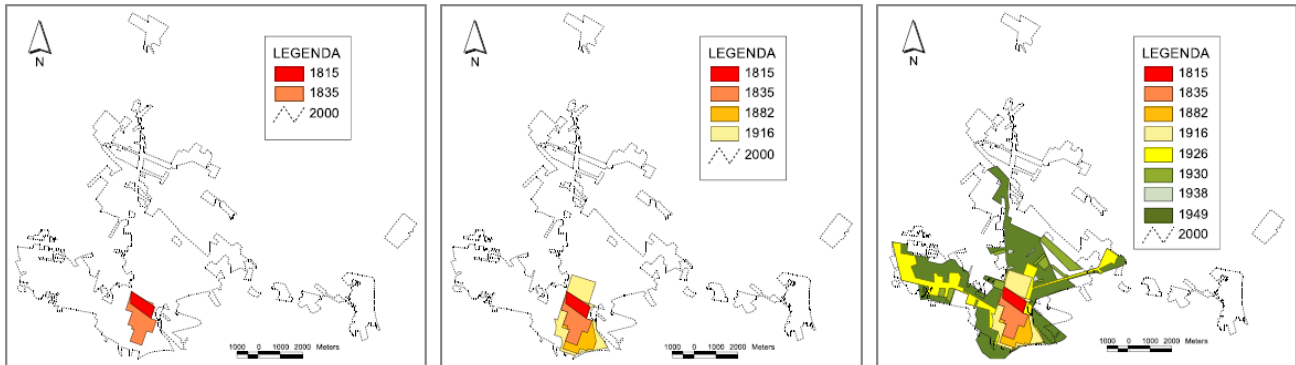


FIGURA 2 – Evolução urbana de Pelotas a partir de 1815

Fonte: Elaborado a partir de Silva (2004, *apud* PELOTAS, 2008b, p. 1).

Já em 1834, a planta foi desenhada por Eduardo Ernesto Krestchmar e, embora a planta urbana seja considerada “planejada”, a distribuição dos lotes seguiu o modelo urbanístico português, onde os quarteirões eram retangulares alongados (OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA, SOUZA, 2014). Ao serem implantadas com traçados reticulares irregulares e heterogêneos, diferenciaram-se dos traçados das cidades de colonização espanhola.

De acordo com Conceição *et al.* (2009), a implantação da forma urbana se estruturou por ruas paralelas, no sentido Leste-Oeste, cortadas por ruas perpendiculares, no sentido Norte-Sul, com um principal propósito: proporcionar uma maior incidência solar aos quarteirões e aos casarões que posteriormente viriam a se edificar. Essa característica da forma urbana pode ser considerada como um modelo de implantação que seguiu critérios Vitruvianos, cujos militares apreendiam nas aulas de Arquitetura Militar.

A cidade desenvolveu uma “[...] topografia plana, o traçado reticulado e a arquitetura que lhe conferem identidade” (PELOTAS, 2008b, p. 15), e também pode ser notado no traçado urbano de Pelotas, assim como em cidades próximas como Rio Grande e São José do Norte, elementos característicos das cidades medievais portuguesas, sobretudo do século XVI, que podem ser observados por meio da hierarquia de vias, assim como quarteirões alongados com lotes estreitos e compridos no interior dos quarteirões (OLIVEIRA; SOUZA, 2014).

Emancipada em 1832, Pelotas elevou a sua condição de Freguesia para Vila e recebeu o nome de São Francisco de Paula, onde foram inseridas mais 15 ruas, no sentido do Canal São Gonçalo e atual Praça Coronel Pedro Osório (Figura 3). Com essa expansão, o eixo central também se deslocou e, do mesmo modo, Magalhães (1993) relata que a localização da igreja, matematicamente, deveria corresponder preferencialmente ao eixo. Por isso, a intenção era construir uma nova matriz ao redor da nova praça, para que esta ficasse ao centro, nos quais



FIGURA 3 – Praça Coronel Pedro Osório (sem data).

Fonte: Pelotas (2008b).

se instalaram a câmara administrativa, escolas, teatros e algumas residências. Apesar desta pretensão, a construção nunca chegou a ocorrer, pois tais planos foram interrompidos pela Revolução Farroupilha.

A riqueza proveniente do charque ocasionou o surgimento de uma elite detentora de diversos latifúndios e acúmulo de capital. Magalhães (1993) considera que provavelmente tenha tido no mínimo 18 e no máximo 40 charqueadas em Pelotas no período anterior a 1835. Para Yunes (1995), no Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, as inserções dos planos reticulados demonstraram os primeiros princípios de modernização nas cidades, que resultaram na implantação de diversos aspectos de melhoria na estrutura urbana, como por exemplo: saneamento, iluminação, higiene, abastecimento de água, alinhamentos e regularização de lotes.

A INTRODUÇÃO DO ESTILO ECLÉTICO

Panerai (1983) considera que o estudo da relação entre os tipos construídos e a forma urbana leva a entender a estrutura da cidade como sendo a continuidade histórica de um processo (MURATORI *apud* PANERAI, 1983). Esse processo pode ser constatado na forma do traçado urbano do Centro histórico de Pelotas de ruas e travessas, que persistem no casco histórico que nem mesmo as concepções do Modernismo conseguiram abalar. As implantações das construções no período do colonial persistiram na mudança das linguagens arquitetônicas para o Eclétismo e para o Protomodernismo (desenvolvido mais tardiamente).

As cidades do sul do RS, que surgiram nos séculos XVIII e XIX, revelam nos seus Centros Históricos uma série de regras e normas que as fez ter semelhanças morfológicas quanto ao traçado urbano, parcelamento, implantação no lote e composição formal das fachadas. A SECult e a Prefeitura de Pelotas distinguem o patrimônio da cidade em quatro principais estilos: o Luso-Brasileiro, o Eclético, o Eclético de Transição e o Pré-Moderno (PELOTAS, 2008b). Apesar disso, o estilo Eclético abrange a maioria dos bens inventariados e patrimonializados da cidade. Etimologicamente originário do grego *eklektikós*, o principal significado está associado “ao que escolhe ou, que está apto a escolher” (SANTOS, 2014, p. 14).

Caracterizado por um movimento com uma tendência da arquitetura em misturar diferentes estilos históricos, o Eclétismo faz uma combinação livremente de diferentes fontes (CHING, 2010).

Se para Corona e Lemos (1972) o eclétismo pode ser descrito como um movimento resultante de falta de originalidade e/ou caráter, Weimer (1987) pontua que tais observações podem estar associadas a errônea interpretação de imitação. Ao ponderar o Eclétismo ao método mimético, que remete à imitação, a sua utilização não se refere a imitação de edificações inteiras, mas sim, de elementos pormenores, com a utilização de diferentes fragmentos de distintos estilos que podem compor um novo modelo (MAHFUZ, 1995).

Embora o Eclétismo possa muitas vezes estar relacionado ao esteticismo, a sua base perpassa também para uma modificação cultural, onde uma nova organização cultural utiliza a arquitetura como uma linguagem carregada de valores simbólicos e emotivos com o propósito de transmitir tais concepções pelas diferentes camadas da sociedade (FABRIS, 1993). Essa característica alusiva ao eclétismo, era o uso de elementos estilísticos nas suas edificações em prol da representação da riqueza de uma elite em ascensão. De acordo com Patetta (1987), a cultura arquitetônica da classe burguesa dominante era priorizar o conforto e o progresso quando melhoravam as condições de vida, mas, ao mesmo tempo, buscavam novidades e muitas vezes indo ao encontro da produção artística ao nível da moda.

Tardiamente ao movimento europeu, no Brasil, o Eclétismo se manifestou durante o século XIX por meio do abandono progressivo da arquitetura Luso-Brasileira, com a inserção de elementos decorativos (FABRIS, 1993). De uma maneira geral, o Eclétismo no Brasil foi contemporâneo à urbanização das cidades brasileiras (SANTOS, 2014) e se manifestou em diversas regiões do país por meio do crescimento econômico e com o acesso aos materiais resultantes da importação (REIS FILHO, 2000). O urbanismo, que genericamente contempla a organização, construção e a remodelação do espaço urbano, pode ser aplicado ao nível macro – em uma região ou cidade – e ao nível micro – e um bairro (ALBERNAZ; LIMA, 1998), por exemplo, em Pelotas pode ser observado, sobretudo, através da melhoria de infraestrutura do espaço urbano.

As primeiras residências com características Ecléticas no Rio Grande do Sul apareceram após a Revolução Farroupilha (GUTIERREZ, 1999), com a utilização de catálogos de modelo e construtores estrangeiros (WEIMER, 1987). O Eclétismo e o urbanismo se expandiram paralelamente nas principais capitais do país e, especialmente entre 1920 a 1940, as indústrias provocaram importantes inovações tecnológicas (REIS FILHO, 2000) com a possibilidade de importação de materiais e elementos estrangeiros.

De acordo com Schlee (1993) e Santos (1997), o Eclétismo Pelotense teve marcos semelhantes: Schlee (1993) categoriza dois momentos do Eclétismo, o 1º Período Eclético (1850-1900) e o 2º Período Eclético (1900-1930), onde as décadas de 30 e 40, foram marcadas pelo Período Moderno; já para Santos

(1997), dois momentos, a consolidação (1870-1889) e o desenvolvimento (1890-1931).

O primeiro período (1850-1900) e a consolidação (1870-1889) (*Figura 4*) são categorizados pelo abandono dos modelos Luso-Brasileiros, com soluções tripartidas e coroamento para esconder telhados com o uso de platibandas (cegas ou vazadas), tendência à horizontalidade, composições simétricas, ornamentados com elementos de estuque encimados por platibandas coroadas com pinhas, compoteiras e esculturas de gosto clássico, sobretudo com o uso da mão-de-obra escrava (SCHLEE, 1993; SANTOS, 1997). Apesar disso, o período também foi marcado pela abolição da escravatura (1888) e a transição para a mão de obra livre.

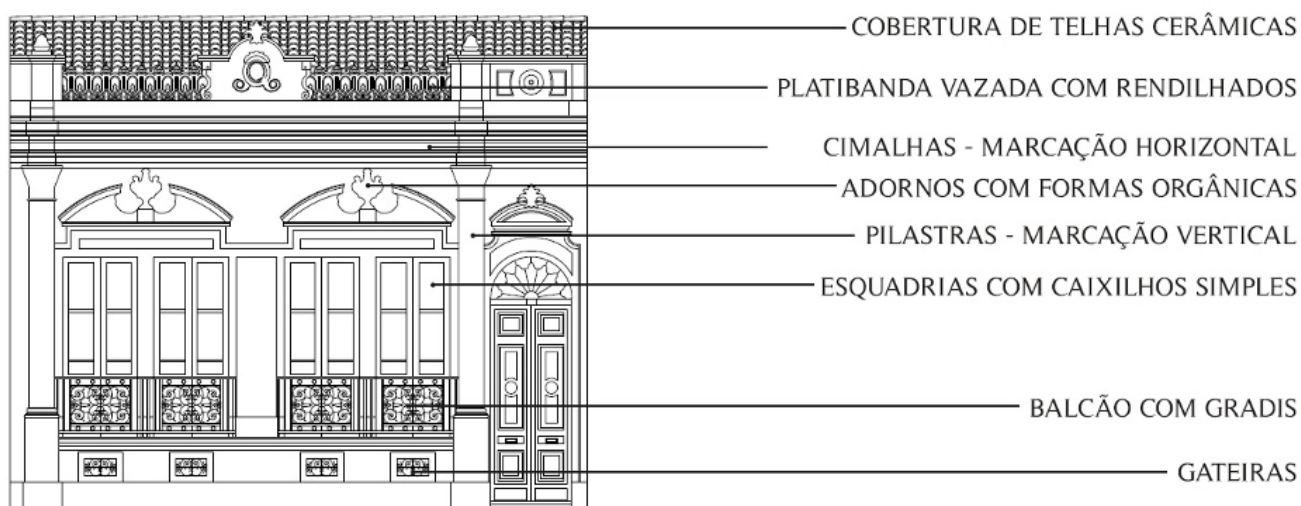


FIGURA 4 – Características da Arquitetura Eclética pela SECULT.

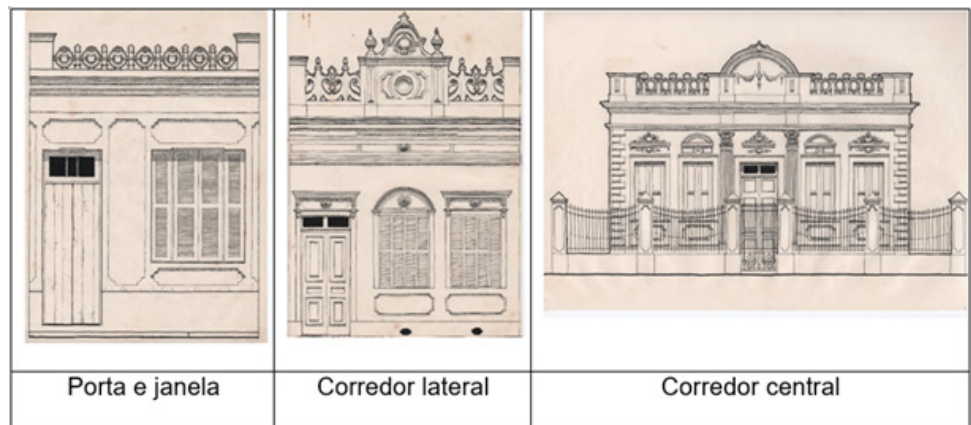
Fonte: Pelotas (2008b).

Para entender o centro histórico de Pelotas, baseamos as análises tipológicas e morfológicas nos estudos dos Inventários Arquitetônicos da cidade do séc. XIX, da década de 1980 e nos estudos dos centros históricos nas cidades do entorno, na disciplina de Técnicas retrospectivas da FAUrb/UFPel, na década de 1990. Esses estudos deram conta de uma classificação dos tipos edifícios básicos encontrados não só na cidade de pelotas, mas também nas cidades do distrito geoeeducacional da UFPel, em três principais categorias: porta e janela, corredor lateral e corredor central (*Figura 5*).

Já com a implementação das primeiras edificações Ecléticas na cidade, a urbanização começou a se intensificar, pois, em 1875, a cidade implementou a canalização de água, iluminação pública e privada e, em 1877, as praças passaram a ser arborizadas (SANTOS, 2014). Outro fator relevante é que com a construção da estrada de ferro em 1884 ligando Pelotas às cidades próximas como Bagé e Rio Grande, houve uma ampliação de mercado com a exportação e importação (SANTOS, 2014), o que favoreceu mais ainda a utilização de elementos ornamentais.

FIGURA 5 – Pesquisa Inventário Arquitetônico desenhos arq Luzia Abreu.

Fonte: Acervo NEAB; e Luckow, Neutzling e Oliveira (2021).



O segundo período (1900-1930) ou o desenvolvimento (1890-1931) (*Figura 6*) podem vir a remeter ao Eclético de Transição. Marcado pela utilização de mão de obra livre e profissionais imigrantes, é característico pela inserção de circulação nos terrenos – com recuos frontais e laterais, fachadas tripartidas que perderam a sua simetria, a simplificação dos elementos compositivos e ornamentos geométricos, ornamentos que apreciavam a república e a utilização de platibandas cegas (SCHLEE, 1993; SANTOS, 1997). O acervo arquitetônico Eclético da cidade de Pelotas é considerado como um dos mais representativos do país, com cerca de 1300 prédios cadastrados no inventário (DIOGO, 2009) de bens arquitetônicos.

A evolução urbana da cidade se intensificou com a implantação dos automóveis em 1905, que impulsionaram a reestruturação das áreas urbanas, onde, dentre os aperfeiçoamentos, proporcionaram a implementação de esgotos em 1914, a iluminação elétrica em 1915 e a utilização dos paralelepípedos de granito em 1922 (SANTOS, 2014). Estes elementos contemporâneos também refletiram na estilização das edificações. O código de posturas de Pelotas de

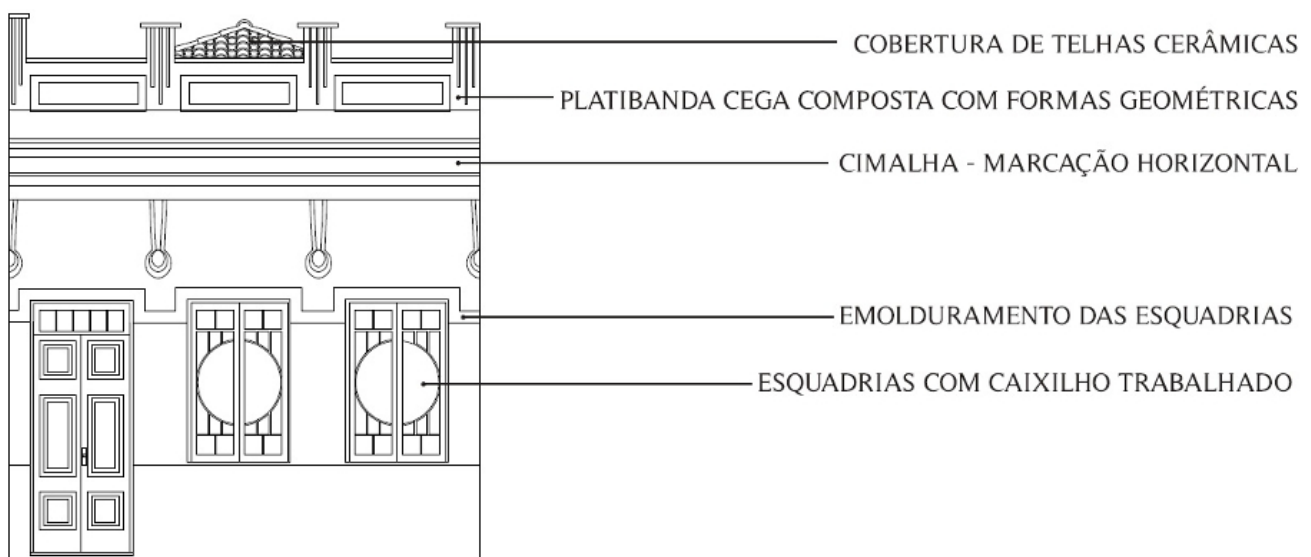


FIGURA 6 – Características da Arquitetura Eclética de Transição pela SECULT.

Fonte: Pelotas (2008b).

1915, no “Acto nº 754” de 19 de janeiro de 1915, no Art. 8º, por exemplo, trouxe a obrigatoriedade de “chanfro” nas esquinas dos pavimentos anteriores, com no mínimo de 2,50m (PELOTAS, 1915). Essa determinação tinha a finalidade de proporcionar maior visibilidade para os carros.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A BUSCA PELA PRESERVAÇÃO DA FORMA URBANA E DO PATRIMÔNIO

Ainda que sem uma relação com a aplicabilidade ou desenvolvimento na cidade de Pelotas, o discurso do equilíbrio entre o “velho” e o “novo” é uma abordagem relativamente antiga, sobretudo, desenvolvida na Itália por meio do teórico Gustavo Giovannoni. Considerado como teórico de referência no âmbito da teoria da conservação-restauração, Giovannoni foi responsável pela estruturação (bem-sucedida) da intervenção do Centro Histórico de Bolonha (CASTRIOTA, 2009). Gustavo Giovannoni propõe uma discussão e antecede um dos maiores problemas das cidades contemporâneas: o equilíbrio entre preservar o patrimônio e, a construção de novas edificações.

Giovannoni compreendia a cidade como um organismo complexo e a pensava de maneira articulada, ou seja, considerava que, para que as áreas urbanas de interesse de preservação sobrevivessem, eram necessários estudos minuciosos e soluções não-massificadas, preconizando a preservação associada a um cunho cultural – motivado por abordagens artísticas e históricas (KÜHL, 2017). De acordo com Ruffinoni (2017), desde o início do século XX, Giovannoni desenvolveu estudos sobre intervenções em “velhos centros” e essas abordagens demarcaram momentos fundamentais no processo de compreensão do “organismo urbano como sujeito histórico e como artefato cultural”.

A relação do teórico com a conservação integrada resultava em uma visão conciliadora e até intermediária entre as edificações históricas e as contemporâneas, também dando um peso a ambiência, ou seja, ao entorno de onde esses elementos arquitetônicos estavam inseridos. Pane (2017) afirma que Giovannoni buscava uma estratégia de intervenção para “cidades velhas”, conciliando as instâncias da conservação de ambientes com caráter antigo com a necessidade de novas inserções arquitetônicas. Assim, buscando um acordo entre a vida contemporânea e a histórica, proporcionando tal abordagem para além de um referencial teórico, mas uma questão de cidade e gestão governamental (CABRAL; ANDRADE, 2017), que poderia vir a ser aplicada em diferentes contextos sociais e políticos.

A estrutura urbana de Pelotas, associada aos conjuntos arquitetônicos, especialmente o estilo Eclético e Eclético de Transição, reverberam na evolução econômica e social e a convivência da população com a cidade (PELOTAS, 2008b). Tais elementos compõem a paisagem urbana e cultural, sobretudo no centro histórico, e integram o imaginário Pelotense. Denotando uma forma visível, a paisagem é analisada por meio de suas formas materiais que possuem a sua

própria história, onde só é possível uma devida compreensão por meio do aprofundamento da história da economia e da sociedade (RIBEIRO, 2007).

Sob essa perspectiva, a salvaguarda do patrimônio e a preservação do traçado urbano foram elementos primordiais para o desenvolvimento de políticas públicas em Pelotas, por meio de um processo de preservação simultânea da paisagem, que começaram a se propagar somente no final da década de 70. Os primeiros atos de preservação do patrimônio ocorreram de forma concreta por meio de tombamentos ao nível federal. Em 1950, a cidade teve o seu primeiro tombamento ao nível federal, o Obelisco Republicano (*Figura 7*), que é considerado como o único monumento erguido no Brasil durante o período da Monarquia (DIÁRIO POPULAR, 1956, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, c2014), que foi erguido em 1884 para homenagear os ideais republicanos, sobretudo o líder Domingos de Almeida (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2014).

FIGURA 7 – Obelisco republicano, tombado em 1950.

Fonte: Foto da autora Ana Lúcia Costa de Oliveira (2023)



Ainda que a cidade estivesse despertando interesse diante da preservação do patrimônio, em 1968, no I Plano Diretor da cidade (Lei nº 1.672), não foram feitas menções sobre o patrimônio cultural. Além disso, o planejamento urbano desenvolvido no Plano estava integrado a um planejamento global no município. Desse modo, o plano não fez nenhuma menção sobre a paisagem nem demonstrou preocupação sobre a manutenção do traçado urbano. Dois anos depois, a partir de 1970, Pelotas teve outros tombamentos ao nível federal: o Teatro Sete de Abril e o conjunto arquitetônico das Casas 02, 06 e 08, todos localizados ao redor da Praça Coronel Pedro Osório, considerada como o coração da cidade.

Assim como a maioria das cidades do Rio Grande do Sul, ao final da década de 1970, Pelotas passou por um retrocesso diante a preservação: o patrimônio estava sendo delapidado, demolido, descaracterizado e substituído por construções contemporâneas. Como reflexo imediato, em 1978, um encontro organizado pela Comissão de Patrimônio Histórico Cultural do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RS) deu origem ao documento denominado “Carta de Pelotas” ou o “Patrimônio Pede Socorro”. A motivação deste documento foi a denúncia da delapidação do patrimônio nas cidades gaúchas (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2014) e a finalidade era incentivar a sociedade em prol da preservação do patrimônio, enfatizando a importância de criar e inserir imóveis que ensejavam da proteção (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 1978).

A fim de amenizar tais denúncias apresentadas, o II Plano Diretor desenvolvido em 1980 apresentou um avanço por meio da menção sobre a necessidade da criação de Zonas de Preservação do Patrimônio – ou também denominadas de ZPPC – juntamente com a ampliação de estudos nestas áreas. Sendo a proteção do patrimônio histórico e cultural um dos objetivos do II Plano, foi citado que o escritório técnico do plano deveria estudar e propor medidas de preservação, assim como a defesa do patrimônio em geral (PELOTAS, 1980).

Apesar do discurso preservacionista empregado no II plano, em contrapartida, o plano também incentivava a ocupação e a renovação da área central, nos quais estavam inseridos grande parte dos bens de valor histórico e cultural (ALMEIDA; BASTOS, 2006). Essa área central passou a ser denominada de “Zona de Comércio Central” e possibilitava um maior uso e aproveitamento do espaço do solo e da altura, o que, conseqüentemente, impulsionou aos proprietários a adquirir imóveis históricos para, posteriormente, erguer novas construções em altura, proporcionando a descaracterização de diversas edificações. É neste momento que a cidade vivencia o primeiro conflito entre manter o histórico, preservar o traçado urbano e as novas inserções arquitetônicas, provocando um conflito diante a preservação do patrimônio.

Assim como o anterior, o II plano também não faz referências explícitas sobre a forma urbana, no entanto, são citados que o objetivo do planejamento urbano é a “[...] racionalização da ocupação do espaço urbano” por meio de incentivo privado e público (PELOTAS, 1980, p. 16). Com isso, o plano cita que serão

regidos todos os atos administrativos relativos ao desenvolvimento urbano, especialmente aqueles em relação ao parcelamento do solo e o licenciamento de obras de edificação e urbanização (PELOTAS, 1980).

A primeira lei específica do patrimônio foi desenvolvida em 1982, através da lei municipal nº 2.708, que define o patrimônio do município como um conjunto de bens móveis e imóveis de interesse público (PELOTAS, 1972), mas não faz menção a manutenção e preservação da forma urbana e trata o patrimônio como um fator isolado. Juntamente com a lei, foi criado o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC), que ficou responsável pela administração patrimonial por meio de um colegiado de assessoramento. Era de responsabilidade do COMPHIC autorizar e dar assistência técnica às obras de conservação, reparação e restauração, cadastrar e homologar processos de tombamento e articular-se com os demais órgãos de administração municipal (PELOTAS, 1972).

A Secretaria da Cultura pondera que, durante o seu período de atuação, o COMPHIC analisou em torno de 10 mil prédios, o que resultou em 1.189 cadastros no inventário, 236 tombados provisoriamente e 16 tombados definitivamente. Contudo, os tombamentos provisórios e definitivos não foram bem aceitos pelos proprietários que alegaram uma ação repentina do poder público. Alguns proprietários buscaram recorrer ao nível administrativo e judiciário a fim de revogar tais decisões diante o interesse de preservação (RINALDI, 1995). Já outros proprietários optaram pela demolição de edificações ou então a delapidação de características que justificavam a preservação e remetiam aos períodos históricos. Cerca de 57 edificações históricas foram demolidas entre 1987 a 1997 (ROIG, 1997).

O conflito maior, entretanto, ocorreu com a homologação da Lei nº 3.128 de 1988 que alterou a lei anterior nº 2.708. A Lei nº 3.128 dispôs de critérios em torno da inscrição de tombamento, como: a preferência de uso público, o proprietário não ser de baixa renda (ou pobre, conforme cita a lei) e ser possuidor daquele único imóvel e “[...] se a restrição de uso e ocupação, que abrange imóveis vizinhos, importar em redução de receita, que mereça ser suportada pelo município no caso concreto” (PELOTAS, 1988, p. 1). Além disso, a lei também recomendava a atuação de um conselho revisor, cujos integrantes eram, em sua maioria, gestores do mercado imobiliário, tais como a Associação comercial, Associação de Empresas da Construção Civil e a Associação de Proprietários de Imóveis. Tal conselho tinha por finalidade revisar os processos de tombamento determinados pelo COMPHIC (PELOTAS, 1988).

A estagnação das políticas públicas na cidade se manteve pelo menos até 1994, pois, durante o período, o conselho revisor priorizou o mercado imobiliário, tornando o tombamento como um ato administrativo sem a ponderação do escopo histórico-artístico. A desarticulação com o COMPHIC durou cerca de 6 anos, até que, em 1994, foi firmado um convênio de cooperação técnica entre o município de Pelotas e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) para colaborar nas questões patrimoniais por meio de um suporte técnico.

Em 1996, embora a Lei nº 4.093⁸ criasse o Conselho Municipal da Cultura (CONCULT), ao longo do período diversas leis foram extintas e o novo conselho enfrentou dificuldades ao interpretar legislações, o que, de certa forma, favoreceu os grupos anti-preservacionistas (ALMEIDA; BASTOS, 2006). Este conselho, por meio de ações, buscava aprofundar medidas protetivas, fiscalizar e incentivar as políticas de proteção, responsável por cadastrar imóveis, realizar tombamentos provisórios e por fim realizar os encaminhamentos ao poder executivo de propostas de preservação e também a manutenção dos livros tomo (PELOTAS, 1996).

Simultaneamente, membros da Universidade Federal de Pelotas – sobretudo professores e técnicos da Faculdade de Arquitetura – a fim de colaborar com a preservação do patrimônio da cidade, juntamente com os técnicos do Poder Público, se mobilizaram e criaram o Sistema Municipal de Preservação Cultural (SIMPAC), que buscava abordar “formas de preservação, cadastro e classificação dos bens imóveis de interesse cultural, incentivos, restrições, avaliação do entorno para novas inserções etc.” (ALMEIDA; BASTOS, 2006, p. 102). O SIMPAC foi fundamental para a ampliação das políticas públicas no município, pois colaborou na criação da Lei nº 4.568/2000, que regulamenta o inventário, que é o principal instrumento de preservação da cidade. Somando os Decretos nº 4.490/2003 e o nº 4.703/2004, que listam todos os imóveis inseridos no registro de inventário, são em torno de 2.100 inscrições.

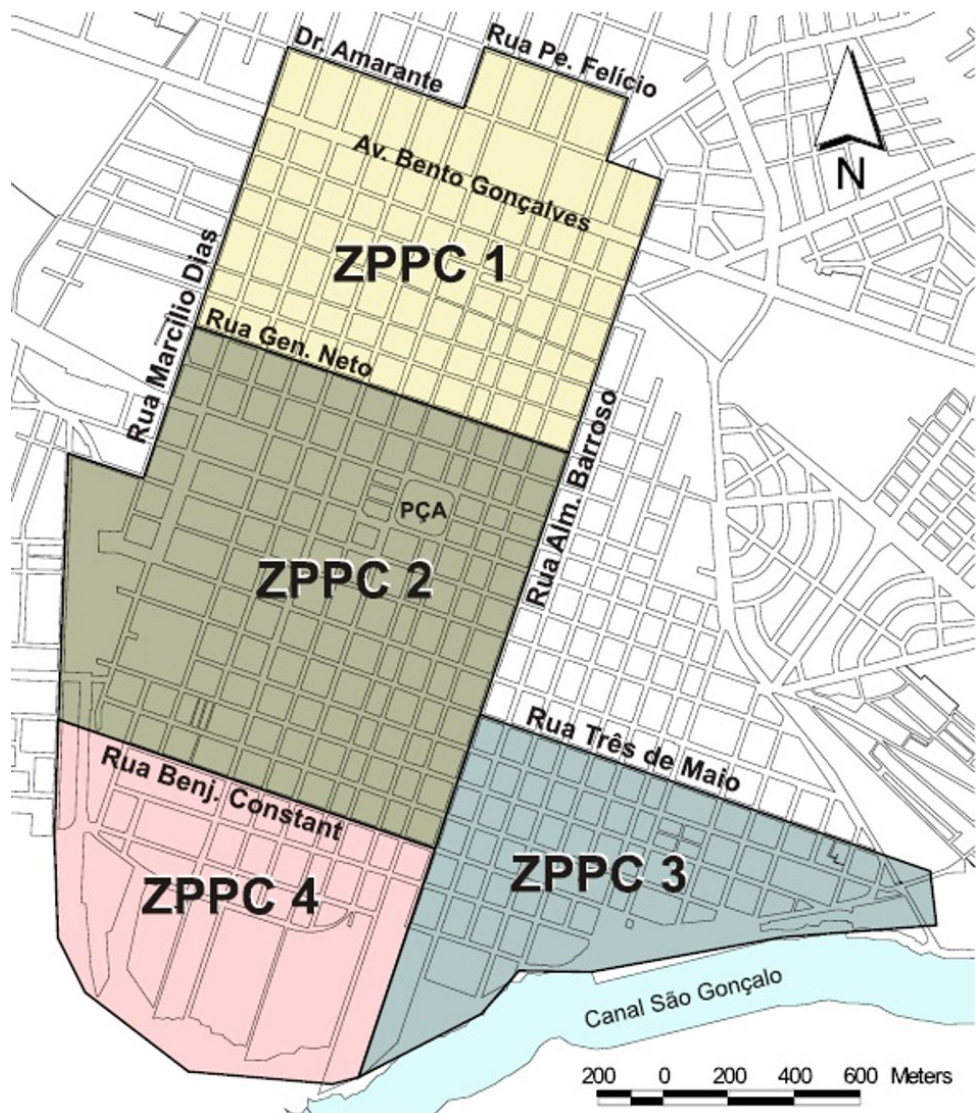
Esta lei não faz referência a forma urbana de maneira explícita, mas prevê a criação de quatro Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural – ZPPC (*Figura 8*), que remontam a formação da cidade, bem como a evolução da sua forma urbana. A ZPPC 1 representa o primeiro sítio, nos quais estão inseridos os primeiros núcleos urbanos da cidade e onde está inserida a antiga Igreja da Freguesia, atual Catedral São Francisco de Paula. O Segundo loteamento, ou a ZPPC 2, tem como referência a Praça Coronel Pedro Osório, onde se inserem a maior parcela das edificações Ecléticas. Já a ZPPC do Sítio do Porto (ZPPC 3) configura a beira do Canal São Gonçalo, onde eram desenvolvidas as atividades charqueadoras e, por fim, a ZPPC do Sítio da Caieira (ZPPC 4) representa as áreas da linha férrea.

Além da regulamentação do inventário, a lei determina critérios para a salvaguarda de imóveis inventariados e para os imóveis confrontantes – localizados ao lado do bem inventariado. Assim, ao mesmo tempo em que impulsiona a inserção de novas construções e a ampliação da forma urbana, proporciona uma harmonia na paisagem cultural, sobretudo urbana por meio de uma compatibilidade visual e volumétrica (PELOTAS, 2000). Todos os imóveis inventariados devem necessariamente preservar suas fachadas públicas e volumetrias e, em contrapartida, os imóveis confrontantes devem apresentar compatibilidade volumétrica e tipológica com os bens inventariados (PELOTAS, 2000).

O inventário ainda é considerado como um dos principais instrumentos de proteção dos bens culturais na cidade e pode ser considerado como uma medida conciliadora, pois também abrange os imóveis confrontantes. As diretrizes para

FIGURA 8 – Mapa de localização das Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPCs).

Fonte: Pelotas (2008b).



os imóveis confrontantes foram desenvolvidas com a finalidade de qualificar a paisagem urbana de modo que as novas inserções estejam em conformidade com o contexto urbano (ALMEIDA, 2006).

A ampliação técnica e administrativa no setor da preservação do patrimônio ocorreu em 2001 com a criação da SECult. Dois anos depois, a Lei nº 4.792 criou o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (Fundo Monumenta), que oportunizou o financiamento de processos de conservação, preservação e restauração de bens contemplados pelo Programa Monumenta (PELOTAS, 2002). A nova secretaria impulsionou debates, intensificando a abordagem em prol da preservação do patrimônio. Uma destas ações pode ser vista por meio da Lei nº 5.146 de 2005, que prevê a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos imóveis inseridos no inventário, nos quais os proprietários devem reverter o dinheiro do imposto em melhorias no seu imóvel.

Posteriormente, em 2008, foi desenvolvido o III Plano Diretor – que é o plano vigente da cidade – por meio da Lei nº 5.502. Os objetivos, princípios e diretrizes das políticas de desenvolvimento territorial do plano pautavam da

“[...] cidade de Pelotas como Patrimônio Histórico Nacional” (PELOTAS, 2008a, p. 2). Nesta lei, são instituídos quatro níveis de preservação que, consequentemente, direcionam os processos de preservação dos imóveis inventariados. Essa classificação está embasada na classificação das relevâncias arquitetônicas, históricas e culturais, bem como o estado de conservação do imóvel. Assim, é utilizada uma metodologia embasada nos critérios de Avaliação Intralote (Características Arquitetônicas), Leitura da Paisagem (Relação do imóvel com o seu entorno) e Avaliação da Descaracterização (Intervenções que modificaram as características originais do imóvel).

Além disso, o III Plano proporciona avanços diante a preservação do patrimônio trazendo uma correlação e abordagem explícita sobre desenvolvimento urbano. Tais direcionamentos, indicam potencialidades para o desenvolvimento da cidade e estão embasados por meio de um sistema de ideias, trazendo um modelo urbano pautado no conceito de “Cidade Histórica”:

XII – A CIDADE HISTÓRICA: Manejo do patrimônio urbano, oferecendo dimensões urbanas e não exclusivamente arquitetônicas ao patrimônio construído, com vistas a aportar a conservação e preservação das edificações com valor histórico (PELOTAS, 2008a, p. 7).

Pela primeira vez, comparado aos anteriores, o plano faz referência à Catedral São Francisco de Paula e consequentemente, ao primeiro núcleo urbano da cidade e à necessidade da manutenção da estrutura formal. Desta maneira, são elencadas as “Áreas Especiais de Interesse Cultural”, que integram os “Focos Especiais de Interesse Cultural”. Um destes focos citados é o “VII – FEIC Catedral São Francisco de Paula” que se refere à Zona de Preservação do patrimônio Cultural 01 citada anteriormente. Considerando essa região como o núcleo formador da cidade, a Catedral São Francisco é considerada como a edificação de referência, sendo configurada como um marco estruturador da paisagem (PELOTAS, 2008a).

Além das referências Ecléticas da região, são citados que esse foco de interesse apresenta “[...] tecido urbano peculiar devido à diferenciação no traçado viário da Rua Anchieta que é interrompido na praça, possibilitando visuais de interesse” (PELOTAS, 2008a, p. 269). Com tais menções, as diretrizes apresentadas em lei, estabelecem a qualificação da área com a utilização de projetos paisagísticos – com mobiliários, equipamentos urbanos e vegetação – bem como a manutenção e incremento visual da catedral e da praça.

Diante à proteção ambiental, são citadas a ordenação e o controle do uso e ocupação do solo, com uso do regime urbanístico especial, com a finalidade de assegurar a preservação da paisagem da cidade. O plano referencia o “Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV”, que busca trabalhar em prol de elementos positivos e negativos em torno da qualidade de vida da população, onde, dentre as análises, constam: “[...] a paisagem urbana, o patrimônio natural e cultural, e as áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental” (PELOTAS, 2008a, p.80).

Recentemente, em 2018, a cidade foi contemplada com um título ao nível federal nos quais o Conjunto Histórico de Pelotas é reconhecido diante o seu valor histórico, artístico e urbanístico como Patrimônio Cultural Brasileiro. Os elementos de proteção são: as praças José Bonifácio, Coronel Pedro Osório, Piratinino de Almeida, Cipriano Barcelos e o Parque Dom Antônio Zattera, a Charqueada São João e a Chácara da Baronesa. Diante o valor urbanístico, o IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO NACIONAL, 2018) ressalta alguns aspectos relevantes que distinguem e trazem imponência à cidade: o vínculo da regularidade do traçado urbano e a presença em massa de espaços públicos marcados com vegetação; a presença de equipamentos de abastecimento de água, elementos estes característicos do século XIX; caracterização do esgoto pluvial que era um marco representativo do urbanismo sanitarista do século XX. Tais bens foram inscritos nos livros Tombo Histórico e de Belas Artes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a formação das cidades brasileiras, é possível pressupor que cada cidade apresenta configurações espaciais e padrões urbanísticos específicos que são perceptíveis desde sua origem e que se mantém até a atualidade. Nota-se que essas características são resultantes do contexto histórico, político, econômico e social que estão diretamente relacionadas também com o urbanismo e o planejamento urbano desenvolvido em cada cidade.

Por meio dos dados apresentados, é notório que a expansão econômica oriunda das atividades charqueadeiras foi essencial para a consolidação da cidade através da apropriação do espaço urbano. Com isso, os capitais excedentes das atividades não foram investidos somente na expansão da forma urbana mas na estilização de fachadas e construção de edificações Ecléticas, o que resulta na correlação entre a forma urbana e o patrimônio arquitetônico. Especialmente o Eclétismo que, embora tenha trazido a implantação com afastamentos frontais ou laterais, muitas vezes permanece a implantação do colonial, ou seja, construções nos alinhamentos frontal e laterais e compõem uma paisagem característica da cidade.

O crescimento acelerado viabilizou a busca por novas inserções e incitou a demolição e descaracterização de diversos exemplares do patrimônio histórico ao longo dos anos. Tais contradições proporcionaram um retrocesso, sobretudo impulsionado pelo mercado imobiliário que se concentravam somente na expansão urbana. Ao longo do tempo, Pelotas enfrentou diversos retrocessos e conflitos na preservação do patrimônio cultural, até desenvolver uma política com estrutura sólida para a salvaguarda dos bens culturais e seu entorno, a fim de tornar-se uma cidade que, ao mesmo tempo, apresenta medidas de proteção e busca a manutenção da forma urbana original.

A correlação da formação urbana e o patrimônio Eclético, por meio de uma preservação simultânea, só foi possível por meio do embasamento da relação entre as políticas públicas patrimoniais e as políticas urbanas, em busca de um

equilíbrio, de modo a incentivar novas inserções, mas, ao mesmo tempo, preservar as edificações históricas, o que perpassou por longos anos até consolidar-se como uma pauta no III Plano Diretor da cidade somente no ano de 2008.

As legislações atuais, essencialmente as leis nº 4.568/2000 e nº 5.502/2008, podem ser consideradas como consistentes e, inclusive, como pioneiras no país, sobretudo diante o sistema de inventário e a criação de zonas de preservação, bem como a preocupação com a paisagem urbana. Enquanto o inventário é o principal instrumento responsável por garantir a salvaguarda de cerca de 2.100 imóveis, através da preservação de fachadas públicas, volumetrias e a compatibilidade volumétrica dos imóveis confrontantes, o III Plano Diretor de Pelotas, desenvolvido em 2008, traz as palavras-chave “paisagem urbana” e “impacto de vizinhança”, citadas juntamente com a “estrutura formal”.

Tais menções proporcionam uma abordagem de preservação entre o patrimônio cultural e a estrutura urbana, que representa o núcleo formador da cidade, já que o conjunto arquitetônico Eclético denota uma significância cultural, que representa uma parcela importante da história. Em suma, o reconhecimento do Conjunto Histórico de Pelotas como Patrimônio Cultural Brasileiro, com ênfase aos valores históricos, artísticos e urbanísticos, corroborou para elencar, mais uma vez, a correlação entre o patrimônio, o urbanismo, a forma urbana e a necessidade da sua preservação em conjunto.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001

NOTAS

1. Artigo elaborado a partir da dissertação: J. C. RODRIGHIERO, intitulada “Descaracterização no Eclétismo da cidade de Pelotas/RS: Proposta de método de análise”. Universidade Federal de Pelotas, 2019.
2. Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul desde 2003, este arroio nasce do encontro dos Arroios das Caneleiras e do Arroio do Quilombo e, é um arroio importante de água doce do município de Pelotas.
3. Tratado que substitui o Tratado de Tordesilhas.
4. O motivo pelo qual as atividades foram priorizadas nestes locais, foi em razão da facilidade em despejar as impurezas que eram geradas durante a produção do charque, nos arroios.
5. A nomenclatura de “freguesia” era um título disposto ao povoado que apresentasse uma igreja paroquial própria, representando uma autonomia religiosa (MAGALHÃES, 1993).
6. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Criação da Vila de Aracati: consulta do Conselho Ultramarino e ofícios. Ceará: [s.n.], caixa 4, n. 62, 12 dez. 1746.
7. Piloto era uma profissão militar, onde, também era concedido a habilidade de desenhar plantas urbanas. Nas Ordenações Filipinas, por meio do aviso nº 110 de 1851, os Oficiais engenheiros foram regulamentados as medições de terras e, tais funções ficaram sob responsabilidade dos agrimensores, pilotos, engenheiros e militares.
8. Atualmente substituída pela Lei nº 5.223 de 2006 no qual reestrutura o CONCLUT.

REFERENCIAS

- ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura – Volume II – J-Z*. São Paulo: Pró Editores, 1998.
- ALMEIDA, L. M. “Casas de Renda”: os conjuntos Residenciais Pelotenses do início do século XX. 2006. 127 f. Monografia (Especialização em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.
- ALMEIDA, L. M.; BASTOS, M. S. A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial. *Revista CPC*, v. 1, n. 2, p. 96-118, 2006.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Criação da Vila de Aracati*: consulta do Conselho Ultramarino e ofícios. Ceará: [s.n.], caixa 4, n. 62, 12 dez. 1746.
- CABRAL, R. C.; ANDRADE, C. R. M. O “Velhas Cidades” de Gustavo Giovannoni: algumas notas. In: KÜHL, B. M. (org.). *Gustavo Giovannoni, textos escolhidos*. Artes e Ofícios: Rio de Janeiro, 2017. p. 53-62.
- CASTRIOTA, L. B. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; IEDS, 2009.
- CHING, F. D. K. *Dicionário Visual de Arquitetura*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- CONCEIÇÃO, J. Á. et al. Espaço e tempo na formação urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Observatório Geográfico da América Latina*, 2009. p. 1-14.
- CORONA, E.; LEMOS, C. A. C. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: EDART – São Paulo Livraria Editora Ltda, 1972.
- CRUZ, G. P. Pelotas espaço construído no início da República. In: WEIMER, G. *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992. p. 109-134.
- DIÁRIO POPULAR. *Obelisco Republicano 08 de Janeiro de 1956*. 1956, p. 3.
- DIOGO, É. *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília, DF: Iphan, 2009. p. 285-292.
- DE HOLANDA, F. et al. Forma Urbana: que maneiras de compreensão e representação? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 3, p. 9-18, 2000.
- DUPLAY, C. et al. *Méthode Illustrée de Creation Architecturale*. Paris: Éditions du Moniteur, 1985.
- FABRIS, A. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista Nova Série*, n. 1. São Paulo: Museu Paulista, 1993. p. 131-143.
- GUTIERREZ, E. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Porto Alegre: PUC-RS, 1999.
- INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. *Carta de Pelotas*. Porto Alegre: IAB, 1978.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Conjunto Histórico de Pelotas é reconhecido como Patrimônio Cultural*. Brasília: Iphan, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4641>. Acesso em: 24 jan. 2020.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Pelotas (RS)*. Brasília: Iphan, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/281>. Acesso em: 24 jan. 2020.
- JANTZEN, S. A. D.; OLIVEIRA, A. L. C. *Renovação Urbana e reciclagem: orientação para a prática de atelier*. Pelotas: Editora e Gráfica Livraria Mundial, 1996.
- KÜHL, B. M. Observações sobre os Textos de Gustavo Giovannoni Traduzidos nesta Edição. In: KÜHL, B. M. (org.). *Gustavo Giovannoni, textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Artes e Ofícios, 2017. p. 11-29.
- LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LUCKOW, D.; NEUTZLING, S.; OLIVEIRA, A. L. Experiências de inventários do Patrimônio Cultural no Rio Grande do Sul. *RCT Revista de Ciência e Tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2021.

MAGALHÃES, M. O. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da Ufpel; Livraria Mundial, 1993.

MAHFUZ, E. C. *Ensaio sobre a razão compositiva: uma investigação sobre a natureza das relações entre as partes e o todo na composição arquitetônica*. Belo Horizonte: AP Cultural, 1995.

OLIVEIRA, A. L. C. *O Portal Meridional do Brasil: Rio Grande, São José do Norte e Pelotas no período colonial (1737 a 1822)*. 2012. 350 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, A. L. C.; SILVEIRA, A. M. A preservação patrimonial em Pelotas: um olhar sobre a sua trajetória (1955-2014). In: RUBIRA, L. (org.). *Almanaque do Bicentenário de Pelotas*. Pelotas: Editora João Eduardo Keiber, 2014. v. 3, p. 577-591.

OLIVEIRA, A. L. C.; SOUZA, C. F. A regularização do traçado e as práticas urbanísticas na urbanização da Região do Portal de acesso da Laguna dos Patos/RS Rio Grande, São José do Norte e Pelotas (1737-1822). *Revista Memória em Rede*, v. 4, n. 10, p. 1-23, 2014.

PANE, A. Atualidade de Gustavo Giovannoni. In: KÜHL, B. M. (org.). *Gustavo Giovannoni, textos escolhidos*. Artes e Ofícios: Rio de Janeiro, 2017. p. 31-52.

PANERAI, P. (coord.). *Elemento de analisis urbano*. Madrid: IEAL, 1983.

PARENTE, T. G. O papel da Igreja nas formações das cidades. *CLIO Histórica*, n. 17, p. 195-2000, 1998.

PATETTA, L. Considerações sobre o Eclétismo na Europa. *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Editora Nobel, 1987. p. 9-27.

PELOTAS. *Acto nº 754, de 19 de janeiro de 1915*. Pelotas: Prefeitura Municipal, 1915.

PELOTAS. *Lei Municipal nº 2.565 de 1980*. Pelotas: Prefeitura Municipal, 1980.

PELOTAS. *Lei Municipal nº 2.708 de 1972*. Pelotas: Prefeitura Municipal, 1972.

PELOTAS. *Lei Municipal nº 3.128 de 1988*. Pelotas: Prefeitura Municipal, 1988.

PELOTAS. *Lei Municipal nº 4.093 de 1996*. Pelotas: Prefeitura Municipal, 1996.

PELOTAS. *Lei Municipal nº 4.568 de 2000*. Pelotas: Prefeitura Municipal, 2000.

PELOTAS. *Lei Municipal nº 4.792 de 2002*. Pelotas: Prefeitura Municipal, 2002.

PELOTAS. *Lei Municipal nº 5.502 de 2008*. Pelotas: Prefeitura Municipal, 2008a.

PELOTAS. Secretaria Municipal da Cultural. *Manual do usuário de imóveis inventariados*. Pelotas: Nova Prova, 2008b.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

REIS FILHO, N. G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

RIBEIRO, R. W. (org.). *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

RINALDI, C. *Tombamento: um dos instrumentos da preservação do patrimônio cultural*. Pelotas: UCPEL, 1995.

RODRIGHIERO, J. C. *Descaracterização no Eclétismo da cidade de Pelotas/RS: Proposta de método de Análise*. 2019. 389 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

ROIG, C. V. *"Futuro sem Pretérito? As demolições do patrimônio edificado de Pelotas"*. 1997. 67 f. Monografia (Especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1997.

RUFINONI, M. R. Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano. In: KÜHL, B. M. (org.). *Gustavo Giovannoni, textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Artes e Ofícios, 2017. p. 63-88.

SANTOS, C. A. A. (org.). *Eclétismo em Pelotas: 1870-1931*. Pelotas: Editora Universitária, 2014.


SANTOS, C. A. A. *Espelhos, máscaras, vitrines: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas de Pelotas, 1870-1930*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

SCHLEE, A. R. *O eclétismo na Arquitetura Pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1994. 222 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.


WEIMER, G. A fase historicista da Arquitetura no Rio Grande do Sul. In: FABRIS, A. (org.). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987.

YUNES, G. S. *Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul*. 1995. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

JULIANA CAVALHEIRO RODRIGHIERO

 0000-0001-9832-8837 | Université de Bourgogne-Franche-Comté | École Doctorale Sociétés, Espace, Pratiques, Temps | Universidade Federal de Pelotas | Instituto de Ciências Humanas | Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural | Paris, França.

ANA LÚCIA COSTA DE OLIVEIRA

 0000-0002-4608-2764 | Universidade Federal de Pelotas | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Pelotas, RS, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: A. L. C. OLIVEIRA | E-mail: lucostoli@gmail.com

COLABORADORES

J. C. RODRIGHIERO, colaborou na elaboração do artigo, redação, coleta de dados, análise e interpretação de dados e A. L. C. OLIVEIRA, colaborou na redação, referências conceituais, na revisão do texto e na aprovação do artigo.

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

RODRIGHIERO, J. C.; OLIVEIRA, A. L. C. A forma urbana e a correlação com o patrimônio eclético em Pelotas (Rio Grande do Sul). *Oculum Ensaios*, v. 20, e235265, 2023. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v20e2023a5265>

RECEBIDO EM

28/1/2021

VERSÃO FINAL EM

24/4/2023

APROVADO EM

29/5/2023

EDITOR RESPONSÁVEL

Jonathas Magalhães e
Renata Baesso